

ração divina para o colocar nos horizontes da esperança. Daí, conceber a ordem ideal da humanidade sob a forma de uma cidade governada por Deus e sujeita à sua lei. Para ele só havia, afinal, uma cidade digna desse nome: a cidade de Deus.

Hoje, pomos o modelo em dúvida. A cidade tornou-se demasiado incontrolável, poluidora ou violenta para nos surgir como a forma ideal da ordem. Talvez seja, então, o momento de fazermos a história das cidades, agora menos fascinados do que os nossos antepassados pelas suas virtualidades e menos convencidos que dela parte toda a ordem, como se ela fosse um absoluto. Como se só da racionalidade viesse o progresso e a resolução dos problemas humanos. Estas conferências tentam, à sua medida, dar um contributo para essa pesquisa.

A Cidade Medieval na Perspectiva da História das Mentalidades

José Mattoso

Como vimos pela primeira destas conferências, a cidade é fundamentalmente o lugar de concentração do poder político. Esse poder legitima-se pelo seu propósito de sujeitar o espaço circundante a uma ordem racional. Se é assim, então não admira que a mentalidade dos que aí habitam seja fundamentalmente diferente da dos camponeses. Definir essa mentalidade, tomar consciência dela é, decerto, um passo fundamental para poder estudar com alguma segurança a história das cidades. Corresponde este objectivo a partir do princípio que os pressupostos e os valores fundamentais da mentalidade urbana não são totalmente óbvios nem necessários. Isto é, que seria possível conceber uma história da humanidade sem cidades, e que não é essa a única configuração imaginável do processo histórico. Isto, por sua vez, corresponde, para nós que somos, na quase totalidade, gente da cidade, ou de mentalidade urbana, a tentarmos perceber uma outra lógica de organizar o mundo, isto é, uma outra forma de conceber as relações dos homens entre si e deles com a natureza. De facto, a mentalidade urbana só se pode definir por oposição à mentalidade rural. A comparação de uma com a outra é, portanto, altamente elucidativa.

Por outro lado, a mentalidade urbana nem sempre teve a expressão que hoje alcançou, dois séculos depois da revolução industrial e da impregnação da técnica sobre os mais variados sectores da vida humana. Apesar de o pensamento mítico e simbólico ter uma surpreendente resistência, e de permanecer nas camadas mais recônditas do pensamento actual, a racionalidade invadiu também todas as manifestações da vida humana, de tal modo que temos de proceder a um cuidadoso trabalho de reconstituição dos quadros mentais dos homens de outrora, os do campo e os da cidade, sem podermos nunca pressupor para épo-

cas anteriores, sobretudo as mais recuadas, aquilo que hoje interiorizamos e se tornou para nós do domínio do subconsciente.

Em termos gerais, pode-se partir da ideia de que a natureza deixou de ser para nós o domínio por excelência das forças ocultas ou desconhecidas que só se podem neutralizar ou dominar por meio da magia ou da religião. Sendo assim, para nós, o espaço urbano que a elas foi, até certo ponto, subtraído, não está mais liberto do sobrenatural, mais subordinado à razão, à lei, à hierarquia e ao poder do que o espaço rural. Também não é para nós evidente que a cidade, além de protegida da irracionalidade selvagem, seja o lugar da abundância ou o pólo de atracção de tudo aquilo de que o homem necessita para viver. Finalmente, não é para nós seguro que a cidade liberte de servidões e tributos ou garanta o exercício de privilégios e franquias, por oposição ao campo circundante, cuja principal função seria trabalhar para alimentar a cidade, como um escravo trabalha para o seu senhor. Dois séculos de vigência dos princípios de igualdade de todos os homens perante a lei vieram esbater a oposição dos direitos e deveres de cidadãos e camponeses. A lenta difusão dos princípios da objectividade do mundo físico e do conhecimento das leis naturais fizeram estender a racionalidade a todos os domínios da natureza ou melhorar a capacidade de intervenção do homem e das suas técnicas.

Não insistirei, no entanto, sobre estas diferenças. Fique apenas, como ideia geral e como pano de fundo, este princípio de que a natureza raramente, ou nunca, foi vista, até há pouco tempo, pelos homens da cidade e também, talvez, pelos próprios camponeses como o domínio regenerador da ecologia e do ar puro, mas antes, ora com o lugar onde se debatem as forças irracionais e desconhecidas, ora como o lugar da servidão. Assim foi, pelo menos, durante muitos séculos, ao menos para os que procuravam a cidade, conheciam os benefícios da civilização e da proximidade do poder, ou tentavam viver num mundo sujeito à ordem e à razão.

As referências que alguns dos escritores mais representativos dos homens da cidade fizeram acerca do seu mundo não deixam qualquer dúvida acerca dos seus ideais. Mesmo numa época onde as cidades eram raras e pequenas, e que, com bons fundamentos, se define historicamente como caracterizada por uma civilização rural, como aconteceu de facto durante os primeiros séculos Idade Média, o recinto urbano continuava a ser o símbolo do Paraíso. Por alguma razão os cristãos

passaram, desde a era apostólica, a imaginar a meta escatológica como uma grande cidade, a Jerusalém celeste do Apocalipse, e não mais como o regresso ao Eden do Génesis, ao jardim verdejante de Adão e Eva. Por alguma razão se manteve a função mítica deste símbolo urbano, que representava a vitória definitiva das forças do bem sobre as do mal. Por alguma razão ele não foi posto em causa, nem mesmo na época da maior contração das cidades, quando elas se abandonavam e caíam em ruínas por toda a parte.

Bastará um testemunho: a irresistível sedução que sobre os homens do bárbaro reino das Astúrias exerce, nos séculos IX a XI, o livro do Apocalipse de S. João, comentado por Beatus de Liébana. É ele que inspira as ricas e bem conhecidas iluminuras dos *scriptoria* monásticos dessa época reproduzidas em numerosas cópias e variantes. Para esses homens, o paraíso continuava a ser uma cidade, Jerusalém, e não os campos e florestas onde viviam. O suporte concreto dessa imagem mítica era, para eles, a cidade muçulmana, repleta de homens e mulheres, a regurgitar de riquezas, de luxo e de conforto, cheia de admiráveis monumentos, e protegida contra todos os perigos. Juntar-se com outros homens e mulheres, em grandes multidões pacíficas e bem ordenadas, cantando os louvores do Salvador, sob a protecção segura de Deus, como um rei e senhor que sacia toda a fome, cura toda a doença e dissipa todo o medo, é o sonho não só dos clérigos e monges, mas também dos guerreiros e camponeses do norte da Península, como dos confins da Inglaterra ou da Alemanha. Ou, talvez, mais ainda para os das Astúrias, mais próximos das opulentas cidades da Espanha islâmica, do que para os da Europa do Norte, que, das grandes cidades, só conhecem, porventura, as descrições imaginárias.

O facto de os exemplos concretos e mais próximos se situarem no mundo islâmico, permitia aos cristãos atribuírem à iniquidade dos seguidores de Maomé os males que viam nas suas cidades. Libertas do jugo da impiedade e sujeitas à libertação do Cristianismo, ficariam, só por isso, purificadas de todas as imperfeições. Nada lhes faltaria para se tornarem a morada ideal. Assim o pensava o cruzado inglês que escreveu a carta a Osberno e que era talvez Ranulfo de Granville, justiceiro de Inglaterra, ou um sacerdote franco ou inglês chamado Raoul que viveu em Lisboa em meados do século XII.

Com efeito, na sua descrição de Lisboa muçulmana só se encontra um elemento negativo: o facto de aí se permitirem todos os cultos e

religiões. A ausência de religião obrigatória atraía, dizia ele, todos os homens depravados, que aí afluíam, como a imundície, a uma monstruosa sentina, e a tornavam como que o viveiro de todas as libertinagens e impurezas. Tudo o mais, ali, era bom e admirável: a segurança das muralhas, que, do monte, desciam até ao rio Tejo, a excelência da situação da cidade, centro de comunicações e do comércio desde as Gálias até ao Mediterrâneo, a fertilidade do solo e das águas, a abundância das mercadorias, do ouro e da prata, do peixe, do marisco, do azeite, dos figos, dos limões, do sal e dos pastos, a pureza dos ares, o trabalho dos ferreiros, a facilidade da caça nos arredores. Os elementos da natureza nos arredores da cidade, mostravam até, a sua benignidade, em prodígios admiráveis: a água de Sintra curava da tosse e da asma, e as éguas dos campos do Tejo emprenhavam com o vento e desentranhavam-se em abundantes crias. O excesso de tantas coisas boas traduzia-se, até, no número de habitantes: cento e cinquenta e quatro mil homens, excluindo mulheres e crianças, depois da conquista de Santarém, de onde tinha afluído mais gente; cinquenta mil famílias que pagavam tributos e uma enorme quantidade de homens livres. Se as muralhas abrigavam muita impiedade, pairava, em todo o caso, sobre Lisboa um resto de predileção divina. Fora fundada por Ulisses, num tempo mítico; abrigava as relíquias dos mártires Veríssimo, Máximo e Júlia, que a tinham regado com o seu sangue puríssimo; o seu bispo havia outrora participado com duzentos outros num concílio de Toledo sob a presidência do rei Sisebuto; viam-se ainda nela as ruínas de igrejas antigas.

Este testemunho eloquente da atração que uma cidade muçulmana exercia sobre um cruzado inglês, mostra bem que ele considera a urbe como o lugar da segurança, da abundância e da ordem. O lugar do desejo. Para ele a cidade — aquela, pelo menos — era um recinto onde a abundância reinava como que miraculosamente. Procurava-se por isso, e não por se considerar o pólo ordenador do território que a rodeava. A cidade trazia benefícios para quem nela habitava, não para quem vivia fora. Era um lugar de consumo, não de produção.

Não o são, também, as cidades exemplares do mundo antigo imaginadas por Afonso X, o Sábio, na *Primeira Crónica Geral de Espanha*, e cuja fundação ele descreve, como se devessem servir de modelo às do seu tempo. Todavia, para ele, o mais importante, não parece ser a abundância de recursos, mas a ordem que aí deve reinar e a nobreza dos

seus edifícios maiores: muralhas, torres, palácios e igrejas. A garantia da sua estabilidade e segurança está no domínio que exerce sobre um território não definido, mas de cuja amplitude e capacidade tributária dependem riquezas e poder.

A necessidade das infraestruturas urbanas encontra-se expressa no relato da fundação de Cádiz, cujo carácter exemplar está bem marcado por ser a cidade criada pelo rei Espan que deu o nome a toda a Espanha. O rei pretendia edificá-la numa ilha, mas não sabia como poderia abastecê-la de água, assegurar as comunicações com o exterior sem ser por barco, e construir casas ou abrir ruas sobre o seu terreno lodoso. Pede então ajuda a sua filha única, Libéria — note-se bem o nome —, por ser perita em astrologia. Ela aceita, com a condição de lhe deixar escolher o marido. Aparecem, então, três pretendentes: um da Grécia, outro da Escócia e o terceiro da África. Promete casar com aquele que mais depressa acabar uma de três obras indispensáveis: construir torres e muralhas para a defenderem e palácio para habitar, edificar uma ponte para passarem os homens e mercadorias e trazer uma conduta de água, e assentar por toda a ilha calçadas que não deixassem as pessoas e animais enterrarem-se no lodo. O primeiro a acabar foi o grego, encarregado da ponte. Libéria pede-lhe então para ocultar o seu sucesso até os outros dois estarem prestes a terminar suas obras. Só então proclama o nome do vencedor, que nesse dia inaugura a conduta da água. Despedidos os vencidos com grandes honras e presentes, o rei assenta ali o seu trono e faz-se coroar também ali, em Cádiz, a cidade que havia de ser a «cabeça de toda a Espanha».

Note-se a origem estrangeira da capacidade técnica para executar as obras necessárias à instalação da cidade, mas, por outro lado, a sedução, toda feminina, com que a Espanha atrai os seus executores. Ora esta sedução é ainda acentuada pela independência pessoal que Libéria reivindica e pelos seus conhecimentos astrológicos. Este saber supre, ultrapassa, até, o domínio da técnica. O grego casa, portanto, com a princesa Libéria, assume inteiramente os interesses do rei Espan e do seu reino, sucede-lhe no trono, e virá a fundar novas cidades na Península.

A origem estrangeira e a intervenção feminina na fundação de grandes cidades hispânicas encontra-se também na história da fundação de Cartagena, cuja genealogia, digamos assim, se segue cuidadosamente. Com efeito, Cartagena fora mandada edificar pela rainha Dido, que já

antes havia povoado Cartago; Cartago, por sua vez, nascera por iniciativa dos habitantes de Tiro. Os momentos iniciais de cada uma destas cidades, Tiro, Cartago e Cartagena são descritos por Afonso X com pormenores significativos e exemplares, reveladores das suas concepções acerca do que ele considerava essencial na vida urbana. Em todas sobressai a função guerreira, ofensiva e defensiva da cidade. É ela que a torna captadora de riquezas, por meio das armas, do comércio e da tributação sobre os territórios dependentes. A opulência, porém, suscita a inveja e os ataques dos concorrentes, o que leva a cuidar especialmente da implantação das cidades em lugar apropriado, das muralhas e do recrutamento dos guerreiros. Mas a riqueza fabulosa, atrai tanta gente que não faltam os soldados. O poder da cidade estende-se então, até muito longe. Cartago era temida, diz o rei Sábio, em toda a África, assim como pelos povos da Ásia e da Europa que viviam no litoral do Mediterrâneo. Os seus navios e as cidades, fundadas pelos cartagineses estendiam até muito longe a captação de tributos, mercadorias e toda a espécie de riquezas. Uma dessas cidades foi Cartagena, edificada por um servidor da rainha Dido, que ela tornou livre. Ou seja, aqui a inspiração feminina procede de fora de Espanha, e a acção é atribuída a um servo, mas a vida urbana liberta-o. É a condição para a cidade poder prosperar.

A relação entre a urbe e a liberdade, é também expressa simbolicamente na história dos servos de Tiro. Um dia, revoltaram-se contra os seus senhores e assassinaram-nos a todos, com excepção de um, já velho, de linhagem régia, Straton, e de seu filho, ainda menino, poupados, às escondidas, pelo escravo de ambos. A revolta, todavia, traz a confusão total, porque todos pretendem governar a cidade. Acabam por decidir entregar o poder àquele que, em certa manhã, for o primeiro a ver o sol nascer. O servo que havia escondido Straton ganha a competição seguindo o seu conselho. Em vez de ir com os outros para oriente da cidade, coloca-se na mais alta torre do lado ocidental, e vê o sol antes deles. Compreendem, então, que fora instruído por alguém, e ele acaba por confessar a verdade. Straton é eleito rei. Afonso X comenta que os antigos escravos «entenderam muito bem que os livres e de boa condição vencem as coisas por bom senso e por grandeza de ânimo, enquanto que os servos só o conseguem por violência e por traição». A cidade vem, portanto, a subsistir graças ao governo de um homem livre que tinha, pelo nascimento, o dom divino de mandar. A revolta nem por

isso deixa de ser castigada, mais tarde, pelo imperador Alexandre, que decapitou todos os homens de Tiro descendentes de escravos, mas poupou os que procediam do velho rei.

A *Primeira Crónica Geral* reconhece, portanto, que a cidade é lugar de lutas sociais, mas não admite qualquer espécie de dúvida quanto à incapacidade que os inferiores têm para governar. Só os de sangue real o sabem fazer. Nas cidades, os reis devem ser prudentes, porque aí se acumulam inúmeros homens de condição inferior: a revolta dos de Tiro deveu-se ao seu número excessivo e ao facto de os seus senhores, sem os emanciparem, lhes haverem dado «muito dalgo» e os terem «muito viçosos», isto é, lhes darem muitas posses e os tratarem demasiado bem. O ar da cidade liberta, mas os inferiores devem ser mantidos na sua condição.

Causa certa surpresa verificar que, em contraste com estas estórias simbólicas acerca da vida urbana antiga, pouco ou nada se diga sobre a fundação de Roma. Esta cidade, que todo o homem da Idade Média considerava a cabeça da Cristandade, que era a admiração de multidões de peregrinos, interessou Afonso X apenas em virtude da sua organização político-administrativa. A sua Crónica descreve, num longo capítulo, a origem e composição dos seus órgãos de governo e das suas magistraturas: o senado, os *milites*, os cônsules, o *dictator*, os *magistri*, as tribos, os decênviros, os tribunos. Note-se bem que eles refere as respectivas atribuições em função da cidade e não do conjunto do Império, como se, para ele, o fundamental da política (note-se bem, de resto, a etimologia da palavra, que vem de *polis*, cidade) fosse o governo da urbe. Assegurado este, estaria decerto, garantido o governo do reino.

Se, para o rei Sábio, pouco interessa a fundação de Roma, já não se pode dizer o mesmo da sua destruição. A verdade, é que também noutros passos da *Crónica* se encontram breves relatos sobre a decadência ou o desaparecimento de várias cidades, sobretudo de Cartago. Mas a de Roma interessa-lhe mais. A sua destruição não veio, diz ele, «por medo de Alarico nem dos Godos, mas por juízo de Deus». Compreende-se, assim, que eles tenham roubado a maioria das suas riquezas, destruíssem muita coisa e incendiassem alguns lugares, mas poupassem os cristãos que invocavam a Deus, a Virgem ou os Santos, e protegessem até, cuidadosamente, o tesouro de S. Pedro, confiado à guarda de uma frágil mulher, uma virgem consagrada a Deus. Aqui temos, de novo, uma mulher a atrair a benevolência das forças naturais ou sobrenaturais

sobre a cidade, a protegê-la dos inimigos quando serve de implantação ao sagrado. Outrora tinha sido Libéria, a astróloga, a atrair a Cádiz o conhecimento das técnicas. Depois fora a rainha Dido a trazer a Cartago a riqueza, as vitórias militares e o bom governo. Agora era uma virgem consagrada a proteger Roma da destruição.

Estas narrativas simbólicas podem ainda ser comparadas com o que a mesma obra diz acerca das duas mais prestigiadas cidades da Península, Toledo e Sevilha. Acerca delas, o texto coloca-se não já num tempo mítico mas num tempo histórico: nos reinados de Afonso VI e de Fernando III.

A cidade de Toledo era quase inexpugnável, pela sua posição e pelas suas muralhas, mas não pôde resistir ao cerco e à fome. No relato da sua conquista, o rei Sábio passa, sem insistir demasiado, sobre a riqueza da antiga capital do reino visigótico. Interessa-lhe mais aquilo que Afonso VI fez para restaurar a sua dignidade perdida com a ocupação muçulmana. Em primeiro lugar, a conquista das numerosas vilas do seu termo, imortalizada pelos versos latinos do arcebispo dom Rodrigo de Toledo, que ele transcreve e traduz. A cidade podia, assim, contar com a cobrança de tributos sobre um amplo território e sobre numerosas vilas que eram, elas próprias, detentoras de riquezas. Em segundo lugar, substituiu o culto islâmico pelo cristão, na mesquita de Toledo, que passou a desempenhar as funções de catedral, e adoptou a liturgia romana; também dotou a diocese de abundantes domínios. O primeiro acto assegurava a prosperidade material da cidade; o segundo, a protecção divina. Note-se bem que em ambos os casos se conta realisticamente com a base material que sustenta o poder urbano e o culto divino. A cidade não poderia ser a sede do prestígio e da autoridade sobre toda a Espanha se não tivesse um território que a alimentasse. Viriam, assim, a realizar-se os propósitos consignados nas inscrições de que o rei Vamba tinha dotado as portas da cidade: «O nobre rei Vamba levantou e melhorou a cidade para acrescentar a honra e a nomeada da sua gente» (cap. 526).

A preocupação de dotar as cidades mais nobres de recursos e de um território está também presente no que a mesma *Crónica* diz acerca de Sevilha, depois de contar pormenorizadamente a sua conquista, ao longo dos cinquenta capítulos que relatam os feitos heróicos sucedidos durante o cerco. A descrição «de los apostamientos de las noblezas della» é um dos últimos e como que a coroa final da *Crónica*. Diz ele

que Sevilha é a melhor cidade cercada de aquém e além mar, com seus muros fortes, altos e largos, suas torres altas, bem distribuídas e muito trabalhadas, sua barbacã por si só suficiente para defender qualquer fortaleza. Depois, descreve com mais pormenor a Torre de Ouro, fundada sobre o mar, «de obra singularmente subtil e maravilhosa», e a Torre de Santa Maria, «sem igual pela sua beleza, a sua altura e a sua nobreza». Desta, menciona ainda, em pormenor, a sua pequena torre cimeira com as quatro esferas brilhantes que a coroam, e finalmente a sua escadaria tão larga que os reis e rainhas a podiam subir a cavalo. Elogia, a seguir, a esplêndida maneira como a cidade está implantada, a comodidade da sua planura, o porto onde chegam todos os dias navios com mercadorias vindas de muitos outros portos, que enumera um a um, de Alexandria à Inglaterra, a abundância do azeite que exporta para todo o mundo, as cem mil alcarias do seu fértil Ajarif, das quais recebe alimentos e tributos, e as portagens onde cobra abundantes rendas. A conquista de Sevilha trouxe ao rei D. Fernando a vassalagem de todos os reis do lado de cá do mar. Por isso, ele dotou magnificamente a sua sé episcopal, povoou-a de boas gentes, repartiu as moradas e o Ajarif por ordens religiosas, cavaleiros, infantes e ricos-homens, trouxe mestrais e «homens sabedores de bem-viver» e repartiu-os ordenadamente por ruas conforme os seus ofícios. Enfim, deu bons foros, liberdades e franquias aos seus habitantes. Note-se, em tudo isto, um pormenor significativo. Surge neste elogio, pela primeira vez, entre os textos que examinei, a capacidade produtora da cidade. Sevilha exportava azeite para todo o mundo.

Sevilha apresenta-se, portanto, como uma cidade exemplar, lugar da abundância, da ordem, da segurança, do conhecimento, do poder e da glória. O comprazimento de Afonso X ao descrevê-la é de tal ordem, que não pode deixar de se acentuar o fascínio que sobre ele exerce uma cidade rica, com monumentos bem construídos e bem ordenada. O campo, a natureza, interessam-lhe, obviamente, muito menos. A paisagem rural não é, para ele, senão a moldura das cidades.

Continua a ser assim nos autores do século XV. Tomemos como exemplo o *Livro dos Arautos*, escrito em latim por um autor nascido em Lamego, cujas primeiras páginas depois da introdução, são dedicadas a Roma, a capital da Cristandade. Começando por situá-la brevemente em relação às províncias de Itália que rodeiam o seu termo, passa a descrever as suas muralhas, as numerosas torres adossadas às portas da ci-

dade, feitas de mármore magnífico e de pedra talhada em esquadria. Mas não se demora muito nestes pormenores. Segue-se a enumeração dos principais monumentos situados em cada uma das sete colinas romanas, depois a descrição de outras igrejas e monumentos dignos de admiração, dentro e fora dos muros, entre eles o Coliseu, as termas de Diocleciano, o Castelo de Sant'Ângelo, os arcos de triunfo, a coluna de Trajano, as pontes sobre o Tibre. Por fim, em rápidas palavras, menciona a abundância dos peixes do rio, a pureza da sua água, óptima para beber, o excelente clima, a relativa decadência do comércio em relação a épocas anteriores e a honestidade e devoção das mulheres.

Para o autor do *Livro dos Arautos*, que constitui, na verdade, um guia geográfico de toda a Europa e um manual da heráldica nobre da época, a matéria é exposta segundo um esquema relativamente uniforme. Dentro de cada reino, começa por enumerar as províncias. Toma, depois, cada uma delas e enuncia os respectivos limites, que podem ser os rios, o mar, as províncias ou reinos vizinhos e, por vezes, as montanhas. Dentro dos espaços assim recortados, descrevem-se as cidades uma a uma e mencionam-se os principais produtos dos reinos mineral, vegetal e animal. Muitas vezes estes produtos não são referidos à província mas às terras de cada uma das cidades que nela se situam.

Parece, assim, avançar-se em direcção a uma concepção mais objectiva do meio rural, apesar de persistir o ponto de vista urbano. A cidade continua a organizar o espaço envolvente, mas este passa a ser mais claramente limitado. O espaço rural começa, portanto, a ter alguma consistência por si mesmo e não apenas em função do centro que lhe consome os produtos, lhe cobra as rendas e lhe exige os impostos. Por outro lado, a cidade sem deixar de ser uma entidade simbólica, parece, agora, vista com mais objectividade e realismo. Insiste-se menos no protótipo imaginário da urbe como sede do poder e da abundância, do que nas características objectivas que distinguem cada cidade de todas as outras.

Com Fernão Lopes, que escreve poucos anos depois do autor daquele livro, a atenção dada ao espaço rural torna-se nitidamente maior, embora como quadro de uma acção que de facto se passa muitas vezes fora das cidades. Além disso, ao contrário do que acontece com os autores anteriores, interessa-se mais pelas actividades urbanas e pela gente que as pratica do que pelo seu enquadramento material. Assim, por exemplo, no prefácio à Crónica de D. Fernando compraz-se particu-

larmente com a descrição do movimento cosmopolita e comercial de Lisboa, refere-se ao tesouro que o rei aí guarda, à maneira como ele garante as liberdades dos seus habitantes e como assegura o seu policiamento. Parte, portanto, dos *topoi* habituais dos autores que o precederam e que elogiam uma cidade pela abundância das suas riquezas, pela atracção que exerce sobre as mercadorias vindas de longe e pelo exercício de privilégios. O tesouro do rei é constituído, de facto, diz Fernão Lopes, pelo produto líquido dos direitos reais e das alfândegas; ou seja, a cidade vive da imposição fiscal. O tesouro é o símbolo material do poder régio fixado na cidade e da acumulação das riquezas. Quanto ao poder de atracção de Lisboa sobre todos os homens, basta ao cronista enumerar as colónias de estrangeiros que lá se instalaram e descrever o espaço ocupado no porto por navios sem conta; o seu número é tão grande que têm de esperar muito tempo para descarregar as mercadorias. Novidade maior, porém, em relação a descrições urbanas anteriores, é a referência às medidas policiais tomadas pelo rei para evitar as desordens a que esta «grande cidade de muitas e desvairadas gentes» estava naturalmente sujeita. O rei tinha o cuidado de proteger os habitantes de Lisboa para não serem prejudicados pelos estrangeiros e de impedir que os mercadores e os outros moradores da cidade sofressem abusos por parte de fidalgos e pessoas poderosas. Em cada freguesia havia dois homens encarregados de vigiarem o comportamento dos seus moradores, de modo a poderem descobrir rapidamente os malfeitores que aí porventura viessem a surgir. Ou seja, a ordem citadina deixa de ser considerada como necessária ou implícita no próprio conceito de vida urbana, para se apontarem os factores de desordem que habitualmente a ameaçam e a maneira como devem ser reprimidos.

Além disso, Lisboa não é só o centro do seu termo ou de uma província vagamente delimitada; tem uma relação muito precisa com uma entidade política claramente circunscrita no espaço: o reino. Não está ainda adquirida a noção moderna de «capital», mas também não se trata apenas da ideia, já expressa em Afonso X, da «cabeça do reino», visto que aqui ele dá à expressão o sentido do lugar mais importante e mais prestigioso. Com efeito, Fernão Lopes diz que a conquista de Lisboa pelos castelhanos levaria à perda de todo o reino, e que nela tinham postos os olhos todas as outras cidades e vilas de Portugal, para «como ela fizesse, que assi fariam todas; em tanto que a honra e perda do reino em ela soamente estava de todo», como diz textualmente o cronista.

Mas a riqueza e o poder das cidades continuavam a depender, antes de mais, da amplitude e da riqueza do respectivo termo. Por isso, um dos primeiros cuidados do rei D. João I, nas cortes de Coimbra, foi aumentar o território da cidade de Lisboa. Assegurava, assim, a força do centro urbano cujo domínio garantia a sua própria autoridade e a capacidade efectiva de governar como rei.

Enumerei, portanto, as qualidades atribuídas às cidades por quatro autores medievais. O cruzado do século XII, que vem do Norte e do exterior, e se sente atraído pelo luxo da cidade muçulmana, embora condene os seus costumes. O rei do século XIII, que a vê como o lugar da ordem, da riqueza e do poder, mas está bem consciente das condições que asseguram tudo isso: a técnica, o território donde se tiram abastecimentos e impostos, os guerreiros e muralhas que a defendem, o comércio que a abastece dos mais variados produtos, a estrita ordem a que têm de estar sujeitos os seus habitantes, a discreta liberdade de que devem usufruir, o respeito pelas igrejas e lugares sagrados. Garantido tudo isso, está assegurada a prosperidade e nobreza de um reino. Caso contrário, surgirá fatalmente a desordem, a violência e a miséria. O arauto do século XV já vê a cidade como capital de província. Interessam-no os seus monumentos, objectivamente considerados, e não apenas a referência genérica às suas muralhas, torres e palácios; os produtos concretos de que dispõe e não apenas a menção global das suas riquezas. O cronista da mesma época não procura qualquer ocasião de descrever uma cidade, nem mesmo Lisboa, mas interessa-se vivamente pelos seus habitantes e pelos pormenores concretos da sua vida que asseguram a atracção das riquezas; não apenas as que o rei acumula, mas também as que os mercadores fazem circular; interessa-se também pela segurança interna de todos os cidadãos e pela maneira como se protegem contra poderosos e malfeitores e como se garante o exercício das suas liberdades. O poder da cidade já não depende só, para ele, da autoridade do soberano ou do seu representante, como pensava, implicitamente, Afonso X, mas também da livre iniciativa dos cidadãos e da segurança de que podiam gozar.

Para todos, porém, mesmo para Fernão Lopes, embora ele não o diga, era indispensável dotar a cidade dos símbolos da sua nobreza, da sua riqueza e da sua segurança. Eram, nesta época, os símbolos monumentais concretos, visíveis e bem elevados acima do casario: as grandes igrejas ou catedrais que atraíam a protecção divina, os palácios onde

moravam os detentores do poder, as altas torres que se podiam ver de muito longe e das quais se controlava um largo território, e finalmente as muralhas que não serviam só para proteger dos inimigos, mas também para separar o espaço onde reinava uma certa liberdade individual daquele onde a maioria estava sujeita ao trabalho da terra e à tributação

Portanto, para todos, a cidade, sede do poder, da riqueza, da ordem, da racionalidade. Pólo organizador do espaço e da sociedade. Centro do mundo. Íman de bens, de homens e de saber. Lugar do encontro entre Deus e todos os homens. Prefiguração da Jerusalém celeste.

Constatação um tanto desconcertante para quem se habituou a ver o mundo medieval com predominantemente rural e para quem tem de reconhecer a reduzida influência que as cidades, historicamente, exercem na economia, na organização social e na mentalidade dominante até meados do século XIII ou mesmo até ao fim da Idade Média. De facto, o fascínio da cidade não abandonou nunca os europeus, mesmo quando maioritariamente ruralizados. Continua ainda hoje a seduzir a maioria dos homens. Foi preciso atingir a concentração excessiva de habitantes e os níveis mais perigosos da poluição para finalmente começarmos a interrogar-nos sobre a validade universal deste modelo que durante tantos séculos não foi apenas a forma considerada mais válida de ordenação da sociedade, mas que parecia funcionar como um verdadeiro arquétipo referencial e indiscutível. Talvez as minhas conclusões, no entanto, sejam excessivas. Espero, em todo o caso que sejam suficientemente estimulantes para suscitar o debate e posteriores esclarecimentos. Ninguém está mais consciente do que eu da quantidade de investigação que será ainda necessário para poder fundamentar as generalizações que me atrevi a fazer. Faltou, pelo menos, tentar descobrir o sentido habitual das ideias que acerca da cidade tinham os trabalhadores dos campos ou como a viam no âmbito da cultura popular. Pensava ainda tentar essa pesquisa, mas esta conferência já vai demasiado longa para poder aqui apresentar os seus resultados. Eles são, de resto, demasiado ambíguos e complexos para se poderem expor rapidamente.